

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA EM TEMPOS DE DISRUPÇÃO TECNOLÓGICA E POLÍTICA

Paloma Gomes dos Santos Oliveira
Universidade Federal de Minas Gerais

RESUMO. Este relato de experiência analisa a trajetória da Educação a Distância (EaD) na Universidade Federal de Minas Gerais entre 2014 e 2025, considerando a atuação articulada com a Diretoria de Educação a Distância da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DED/CAPES) e o Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB). O texto descreve práticas administrativas e pedagógicas, como análise de vagas, elaboração de editais, organização de cursos e acompanhamento de bolsas, articulando-as às transformações políticas, normativas e institucionais ocorridas no período, como a transição do Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED) para a Diretoria de Educação a Distância e Educação Digital e a promulgação do Decreto nº 11.473/2023. A análise adota os conceitos de institucionalização, precarização e democratização da EaD, refletindo sobre a dependência de bolsas temporárias e os desafios para consolidação da modalidade como política pública. O termo “disrupção tecnológica e política” é concebido como processo de reconfiguração das práticas institucionais e da governança universitária, não apenas como ruptura abrupta. O relato evidencia que a EaD, mesmo diante de instabilidades e limitações estruturais, mantém-se como estratégia de democratização do ensino superior público, exercendo papel de resistência à invisibilidade e promovendo a reinvenção de processos pedagógicos e administrativos.

Palavras-chave: Educação a Distância. Políticas públicas. Universidade Aberta do Brasil. Disrupção tecnológica.

1 INTRODUÇÃO

Este relato de experiência integra a Trilha Temática II – Qualidade e Institucionalização da Educação a Distância, com interfaces também com as Trilhas I – Gestão e Políticas Públicas e V – Formação Docente. O objetivo central é analisar a trajetória da EaD na Universidade Federal de Minas Gerais entre 2014 e 2025, destacando práticas administrativas e pedagógicas vinculadas ao Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB) e refletindo sobre os impactos das transformações tecnológicas, políticas e normativas sobre sua institucionalização.

A experiência relatada refere-se ao trabalho desenvolvido na função de Assistente de projetos, que articulou atividades técnico-administrativas e pedagógicas no

acompanhamento de cursos, bolsas e editais da EaD. O relato parte do pressuposto de que a EaD, em contextos de disrupção, constitui um campo de disputas e reconfigurações, em que coexistem avanços normativos e dilemas estruturais, como a dependência de bolsas temporárias. A análise combina descrição de práticas com aportes teóricos sobre EaD e políticas educacionais, buscando evidenciar permanências, rupturas e perspectivas de consolidação da modalidade como política pública.

2 DESENVOLVIMENTO DA EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

2.1 Experiência vivida

A operacionalização da EaD envolveu a articulação de editais da CAPES/UAB, contemplando análise de vagas, elaboração de chamadas para profissionais e alunos, organização de cursos e acompanhamento de bolsas. As ações se desenvolveram em diferentes instâncias da comunidade acadêmica e de gestão, incluindo coordenadores de cursos, docentes, tutores e polos de apoio presencial. Essa articulação possibilitou a criação de uma rede colaborativa que estruturou processos administrativos e pedagógicos de forma integrada.

A transformação institucional do CAED em Diretoria de Educação a Distância e Educação Digital constituiu avanço significativo, promovendo maior articulação da EaD aos projetos pedagógicos da universidade, embora desafios persistam quanto à consolidação da modalidade como política estrutural.

2.2 Metodologia e contexto de atuação

O relato resulta da sistematização de uma experiência profissional construída ao longo de onze anos. As fontes utilizadas incluem editais, regulamentos, portarias, relatórios institucionais e registros administrativos, além de interações com equipes acadêmicas e técnicas.

A metodologia adotada é de análise qualitativa descritivo-interpretativa, que relaciona a vivência profissional às transformações normativas e políticas do período. Esse procedimento permite identificar padrões, permanências, rupturas e oportunidades de

reconfiguração da EaD na universidade pública, articulando dados documentais e experiências institucionais de forma sistematizada.

O contexto de atuação foi marcado por sucessivas mudanças regulatórias, destacando-se a Portaria CAPES nº 309/2024, que redefine funções estratégicas no acompanhamento pedagógico, e o Decreto nº 11.473/2023, que impacta diretamente a formação docente na modalidade EaD.

2.3 Políticas de bolsas e institucionalização

A função de Assistente Pedagógico assumiu papel central na mediação entre as dimensões técnico-administrativa e pedagógica. As bolsas CAPES são imprescindíveis para viabilizar os cursos, porém sua remuneração limitada dificulta a retenção de profissionais qualificados, comprometendo a continuidade das ações. A avaliação da atratividade das bolsas baseou-se em comparações salariais com funções equivalentes em universidades públicas e na literatura sobre precarização do trabalho docente em EaD (ARRUDA, 2020; CORRADI et al., 2013).

Esse contexto evidencia a tensão entre democratização e precarização: enquanto as bolsas ampliam o acesso à formação, a dependência de recursos temporários expõe a modalidade à descontinuidade e vulnerabilidade política.

2.4 Disrupção tecnológica e política

A noção de disrupção tecnológica e política, central ao relato, é entendida como processo que reconfigura práticas institucionais, governança universitária e modelos de gestão, sem se restringir a rupturas abruptas. No contexto da EaD, a disrupção manifesta-se pela necessidade constante de adaptação a mudanças normativas, tecnológicas e organizacionais, exigindo capacidade de reinvenção de processos pedagógicos e administrativos.

2.4 Referencial teórico e reflexão crítica

A análise dialoga com estudos sobre EaD como espaço de construção coletiva e disputa política (CORRADI et al., 2013; ARRUDA, 2020; MORAN, 2015; LIMA, 2021). O relato evidencia que a institucionalização da modalidade requer políticas de Estado e práticas de governança que superem a dependência exclusiva de editais e bolsas temporárias. A EaD, mesmo diante da precarização, mantém-se como espaço de resistência à invisibilidade e instrumento de democratização do ensino superior público.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato contribui para a memória institucional e para o debate acadêmico sobre EaD pública federal. Evidencia-se que a modalidade não deve ser reduzida a práticas administrativas pontuais, mas compreendida como política pública estratégica, em permanente processo de negociação e ressignificação.

Conclui-se que a EaD resiste às condições de invisibilidade, precarização e descontinuidade devido ao seu caráter dinâmico e coletivo. As disrupções tecnológicas e políticas, longe de representar apenas ameaças, configuram oportunidades para repensar a universidade pública, consolidar a EaD como parte integral dos projetos político-pedagógicos e reafirmar seu papel na democratização do ensino superior no Brasil.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *EmRede – Revista de Educação a Distância*, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020. DOI: 10.53628/emrede.v7i1.621.

BRASIL. Ministério da Educação. Portaria CAPES nº 309, de 5 de abril de 2024. Diário Oficial da União, Brasília, 05 abr. 2024. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br>. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Decreto nº 11.473, de 13 de junho de 2023. Redefine diretrizes para formação docente. Diário Oficial da União, Brasília, 13 jun. 2023. Disponível em: <https://www.in.gov.br/>. Acesso em: 22 set. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. Diretrizes para a Educação a Distância na Educação Superior Pública. Brasília: MEC, 2022.

CORRADI, Wagner José; FIDALGO, Fernando Selmar Rocha; LIMA, Reginaldo Naves de Souza; FAVACHO, André; ARRUDA, Eucídio Pimenta. *Educação a distância: meios, atores e processos*. Belo Horizonte: CAED/UFMG, 2013.

LIMA, Ana Paula. Políticas de EaD: desafios e perspectivas no ensino superior. *Revista Brasileira de Educação*, v. 26, e260090, 2021.

MENDES, Carlos Alberto. Governança e gestão da Educação a Distância: análise de políticas públicas. *Educação e Sociedade*, v. 40, n. 146, p. 1025–1046, 2019.

MORAN, José Manuel. *A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá*. Campinas: Papirus, 2015.

Sobre a autora

Paloma Gomes dos Santos Oliveira é graduanda em Licenciatura em Pedagogia Bilíngue pelo INES (previsão de conclusão 2028/2) e formada em Gestão de Recursos Humanos pela UNA (2016). Atuou de 2014 a 2025 no Centro de Apoio à Educação a Distância (CAED/UFMG), com experiência em políticas educacionais da EaD, incluindo implantação do novo marco regulatório, e na articulação de editais, cursos e acompanhamento de bolsas no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

E-mail: paloma.gdso@gmail.com

Licença de acesso livre



A **ESUD | CIESUD | SIGATEC** utiliza a [Licença Creative Commons - Atribuição 4.0 Internacional](#), pois acredita na importância do movimento do acesso aberto ao conhecimento.